

Preconceito linguístico e a língua de sinais

Marcio Jean Fialho de Sousa¹

Bruno Lutianny Fagundes Monção²

Resumo

O aspecto mais importante em um processo de comunicação é a compreensão da mensagem transmitida. Nesse sentido, não importa a maneira como a mensagem foi veiculada, mas como ela foi recebida e processada pelos interlocutores. Mesmo diante desta constatação, ainda existe uma preocupação exagerada acerca do uso da língua a partir de seus parâmetros gramaticais. O problema em focar as regras gramaticais no ensino de línguas e as excessiva cobranças de professores para o uso destas é que esta estratégia, muitas vezes, causa constrangimento aos aprendizes mediante aos frequentes “erros” e também àquelas pessoas menos escolarizadas na sociedade, podendo vir a gerar o fenômeno social denominado por Marcos Bagno (2008) como *preconceito linguístico*. Deste modo, o objetivo deste artigo é problematizar a variação linguística presente tanto na língua oral como visual, dando ênfase à Libras, a fim de demonstrar o quanto o preconceito linguístico pode ser uma das formas mais sutis e perversas da exclusão social.

Palavras-chave: Libras; preconceito linguístico; variação linguística.

LINGUISTIC PREJUDICE AND SIGN LANGUAGE

Abstract

The most important aspect in a communication process is the understanding of the transmitted message. In that sense, it does not matter how the message was conveyed, but how it was received and processed by the interlocutors. Even with this observation, there is still an exaggerated concern about the use of the language based on its grammatical parameters. The problem in focusing grammatical rules on language teaching and teachers that demands excessively for the use of these rules is that this strategy often causes embarrassment to learners through frequent “mistakes” and also to those less educated in society, who may come to generate the social phenomenon termed by Marcos Bagno (2008) as *linguistic prejudice*. Thus, the aim of this article is to problematize the linguistic variation present in both oral and visual language, with emphasis on Libras, in order to demonstrate how linguistic prejudice can be one of the most subtle and perverse forms of social exclusion.

Keywords: Libras; linguistic prejudice; linguistic variation.

¹ Professor Doutor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

² Mestrando em Ciência da Educação: Educação Especial pela Universidade Fernando Pessoa, Porto - Portugal.

Introdução

Para que haja comunicação entre as pessoas faz-se necessário que os elementos comunicacionais sejam articulados entre si, de modo que a compreensão entre as partes envolvidas seja efetiva, ou seja, é necessário que haja respostas dentro de um sistema de comunicação. Deste modo, é fundamental que haja tanto aquele que está interessado em transmitir uma mensagem, como aquele que está disposto a recebê-la, e não apenas receber, mas processá-la e respondê-la da maneira que seja mais adequada, ainda que seja apenas ouvir/ler/ver e fazer suas próprias interpretações sem externá-las. Nesse sentido, o que vale em um processo de comunicação é verificar se a mensagem foi compreendida, isso implica dizer que não importa a maneira como se expressa, não importam os padrões normativos da língua, não importam as convenções, o que realmente deve ser levado em conta é se a mensagem está sendo *efetivamente* transmitida.

A reflexão acerca dos processos de comunicação fazem-se necessários porque a preocupação exagerada com o uso da língua a partir de seus parâmetros gramaticais, há décadas, tem causado constrangimento àquelas pessoas menos ou não escolarizadas, sendo, muitas vezes até ridicularizadas ou transformando-se em motivo de chacotas, fenômeno social denominado por Marcos Bagno (2008) como preconceito linguístico que, segundo ele, este tipo de preconceito é uma das formas mais sutis e perversas da exclusão social.

O especialista defende que o preconceito linguístico precisa ser denunciado e combatido. Ainda que ele tenha abordado em seus estudos o preconceito linguístico frente às variações da língua portuguesa em suas diversas modalidades da língua oral, o que se percebe, porém, é que esse fato não é um problema exclusivo da língua portuguesa, mas das línguas em geral. Esse problema é gerado

pela falsa crença, de senso comum, e que tem se tornado muitas vezes institucionalizada, levando a entender que o uso da norma padrão da língua é uma questão de *status* sócia. Nesse sentido, aquele que não utiliza a modalidade padrão da língua tende a ficar à margem da sociedade e a língua torna-se um bem simbólico de alto valor, destinado àqueles que têm acesso à educação formal e acadêmica.

Porém, diferente do que se possa esperar, este fenômeno de valorização da modalidade padrão da língua, em detrimento das outras diversas variantes, pode ser encontrado, inclusive, em grupos sociais minoritários, mas antes de enveredarmos por essas searas, vale apresentar algumas especificidades.

Ferdinand de Saussure, aceito como pai da linguística moderna, em seu *Curso de linguística geral* (1969), considerou que a linguagem se compõe de vários domínios e inclui aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, que se estabelecem a partir do domínio individual e social, não sendo possível sua total categorização visto que inferir sua unidade pressupõe abstrair unidades não estabelecidas por meio de padrões. Nesse sentido, o estudo da linguagem não se resume a um aspecto somente, mas intercambia com outras áreas do conhecimento, tal como a psicologia, a antropologia, a sociologia entre outras. Saussure elege a língua como um objeto de estudo sistematizado por meio de regras e padrões que seriam, em tese, capazes de unificar os falantes de uma mesma nação por meio de modelos normativos, formados por convenções sociais capazes de formar um sistema de signos (Cf. SAUSSURE, 1969, p. 17).

Junto à linguagem e à língua, há ainda o que Saussure denomina *fala*, esta, por sua vez, é compreendida como o uso individual que o falante faz da articulação entre linguagem e língua. É por meio da fala que são revelados os valores culturais, sociais, históricos, geográficos e econômicos do falante. Logo, a fala apresenta um campo muito

amplo e rico em informações, às quais devem ser valorizadas em sua plenitude.

competência comunicativa deles de modo democrático e não-discriminador (BAGNO, 2008, p. 5).

As variantes da língua e o preconceito linguístico

As variações linguísticas são fenômenos de transformação da língua, que está sujeita a intervenções externas à norma padrão. Essas modificações ocorrem porque a língua é um fator sociocultural, sendo assim, as variantes da língua coexistem na comunidade falante para um mesmo significado da palavra, por exemplo. Porém, não é apenas no vocabulário que há variações, mas também podem ocorrer em níveis sintáticos, morfológicos, fonológicos, além das mudanças determinadas pelo espaço geográfico, histórico, entre outros.

Ainda nesse debate, é importante chamar a atenção para a contribuição de Cezario e Votre (2009), pois, segundo demonstram,

Uma das contribuições da pesquisa sociolinguística [variacionista] foi a constatação de que muitas formas não-padrão [da língua] também ocorrem na fala de pessoas com nível superior, principalmente em momentos mais informais (2009, p. 142).

Esta constatação justifica-se por endossar a fato de que a variação é um fenômeno natural da língua e que independe de padrões e níveis sócio-culturais.

Marcos Bagno, por seu turno, vai um pouco mais longe ao convocar os interessados pelos estudos linguísticos e os educadores para debaterem acerca das contribuições que as os diversos falares trazem à língua, Bagno

[...] diz ser necessário discutir [...] os valores sociais atribuídos às mais diversas variantes linguísticas, chamando a atenção [...] para a discriminação que há sobre determinados usos da língua. Defende ainda que os educadores precisam reconhecer e respeitar o grande conhecimento linguístico que os alunos trazem para a escola, a fim de criar formas que possibilitem a ampliação constante da

Nesse sentido, pensando na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, é preciso reconhecer que se trata de uma língua que, assim como a língua portuguesa, é oficial no Brasil. Porém, ocupa a posição de segunda língua, ainda que ela possa ser considerada língua materna para a comunidade surda, de acordo com a Lei 10.436 de 2002.

Sendo assim, ainda que haja aqueles que acreditam que a língua de sinais possa ser uma língua empobrecida por não apresentar elementos comuns nas línguas orais, como os elementos de ligação, conectivos, preposições e conjunções, como afirmam Lodenir Becker Karnopp e Ronice Muller de Quadros (2004),

[...] as línguas de sinais são línguas de modalidade visuoespacial que apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais, estabelecidas pelo movimento ou outros recursos linguísticos (QUADROS. KARNOPP, 2004, p. 35).

Deste modo, sendo língua, há seus falantes ativos espalhados por todo o território nacional, logo, por questões diversas, ainda que a Libras seja normatizada, há em seu uso as mais diversas variações linguísticas que tomam forma, passando ela também pelas questões geográficas, religiosas, históricas entre outras, como as já citadas anteriormente. A esses aspectos, reconhecemos as variações linguísticas.

A literatura que trata sobre a relação entre linguística e a Libras, tem estabelecido uma equivalência entre as línguas orais e as de sinais. Quadros e Karnopp, afirmam que “(...) a linguagem é restringida por determinados princípios e fazem parte do conhecimento humano e determinam a produção oral ou viso-espacial, dependendo da

modalidade das línguas (faladas ou sinalizadas)” (QUADROS. KARNOPP, 2004, p. 16).

Conceitualmente, a norma no contexto anunciado e esclarecida por Coseriu (1978), estabelece-se como arbitrária, situada entre o abstrato do sistema e a concretude da fala, considerando como norma somente uma das possibilidades disponibilizadas pelo sistema, representando a repetição de formas anteriores, portanto, não se equivalendo a uma norma prescritiva gramatical, mas daquilo cuja utilização tornou-se regular.

De acordo com Câmara Júnior (1984), o erro no caso linguístico da Libras, constitui-se naquilo que contraria a norma, atuando como variação linguística ocorrida de lugar para lugar, de um indivíduo para outro ou de uma classe social para outra. Nesse sentido o autor classifica três tipos de supostos “erros” nomeados como: regionalismo (de um lugar para outro), vulgarismo (erros cometidos na utilização da língua em classes populares) e erros individuais, correspondentes ao idioleto.

Nessas perspectivas e, considerando-se a variação linguística em Libras, cabe a escola, bem como ao professor, entender que os alunos se comunicam de forma diferente um do outro, o que deve ser além de estudado, valorizado, uma vez que a língua é multifacetada, porém não deixa de ter uma variante ou dialeto prestigiado (Castro Júnior, 2011), não caracterizando, porém, o erro, como antes apresentado, mas adequações a contextos específicos da fala.

Strobel e Fernandes (1998) endossam a existência de dialetos regionais e, portanto, com variações também regionais, há variações entre gêneros, religião, trabalho, entre outros. Logo, tratar sobre as variações linguísticas valorizando diversos falares, pode contribuir para um debate que privilegie as relações entre a linguagem, a gramática da Libras, bem como, os processos linguísticos, resultando

em interações socioculturais, intersubjetividades e significações.

No que se refere a essas variações, a interface movimentada entre os canais oral-auditivo e visoespacial, não pode ser vista de maneira uniforme, haja vista que a compreensão entre a fala e a audição, é bastante diferente da compreensão da visual do gesto interlocutório, assim como há diferenças entre a compreensão visual do gesto interlocutório entre regiões. Até porque, há variações linguísticas entre surdos de diferentes Estados da Federação, tais como: baianos, mineiros, gaúchos, paulistas, entre outros.

Em uma variação linguística regional, por exemplo, a cor verde diverge entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, conforme Figura 1.

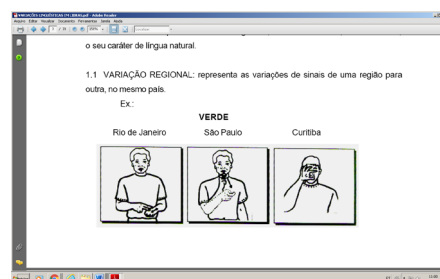


Figura 1 – Variação gestual da cor Verde

Fonte: Strobel e Fernandes (1998, p. 1).

Peixoto (2006) acrescenta em relação à interface entre Língua Portuguesa e Libras, que a diferença se constitui em apoio a uma área de reflexão e de atributos dos sentidos em relação ao texto escrito, ou seja, a palavra escrita é resultante de uma interlocução entre ambos os sistemas e ainda que, para o aluno surdo, a palavra seja resultante de um sinal.

Em outro aspecto, de acordo com Paddem (1998), grande parte da comunidade de surdos em todo o mundo, utiliza da datilologia (alfabeto manual é um sistema de representação de sinais) em suas línguas de sinais. Nesse caso, esse tipo de alfabeto, conforme mostra a Figura 2, pode

servir para a construção vocábulos do tipo: nomes próprios, nomes de lugar, termos novos ou ainda, daqueles termos que não tenha recebido uma denominação característica em sinal.

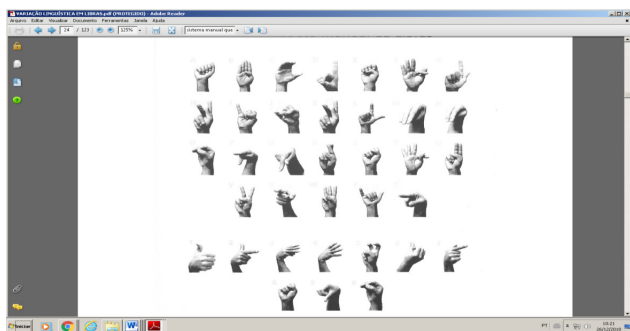


Figura 2 – Alfabeto manual da Libras.

Fonte: Castro Júnior (2011, p. 24).

Entende-se também que os sinais alfanuméricos digitais da comunidade surda representa o alfabeto manual da Libras, no contexto ortográfico da linguagem oral.

Paddem (1998) compartilha desse mesmo entendimento ao considerar essa datilologia como um sistema manual representante da linguagem oral, porém, mais usualmente referindo-se a nomes próprios, locais, nomes científicos além dos que não possuem sinais representativos.

Entretanto, Capovilla e Rafael (2001), entendem que o alfabeto manual, não se constitui simplesmente como uma ferramenta alternativa utilizada na ausência de sinal correspondente para uma tradução da linguagem oral para a Libras, pois, além disso, associado às expressões faciais e movimentos, ele integra a língua de sinais. A exemplo, sua utilização, para construção e sinalização de algumas palavras como a cor azul, que a formação entre as letras A-Z-U-L em português, pode ser representada por uma formação minimizada pela língua de sinais, cujos caracteres A + movimento manual + L = Azul,

conforme Fig. 3, porém sem destituir o valor da datilologia da palavra.

Figura 3 – Demonstração do termo AZUL, pelo alfabeto de sinais.

Fonte: Capovilla, Rafael (2001).

Segundo afirmação de Quadros (1997, p. 47) “A língua de sinais seria uma expressão da capacidade natural para a linguagem, de acordo com a perspectiva gerativa”. A autora complementa o seu entendimento considerando que se existe um dispositivo para aquisição da linguagem em todos os indivíduos humanos a ser colocado em ação por intermédio da experiência linguística, a criança surda deve ter acesso o mais breve possível à língua de sinais, no sentido de ativá-la naturalmente, haja vista que a Língua Portuguesa não é sua língua natural para a pessoa surda. Isso não ocorre senão na família ou a partir dos ensinamentos de professores qualificados para esse fim.

Nessa direção, e considerando a importância do professor como agente reflexivo, não se poderia deixar à margem das considerações o fato de que na sociedade contemporânea, existem diferenciadas formas de articular uma formação mais humanizada no universo escolar, associando conhecimentos passados e modernos, bem como elementos tecnológicos, favorecendo os saberes e, portanto, a formação intelectual do indivíduo.

A título de exemplificação, vale também trazer aqui o caso do aplicativo para celulares chamado *Hand Talk*, muitas vezes conhecido por Hugo,

nome do avatar intérprete em 3D responsável por fazer as traduções em Libras. Esse aplicativo foi desenvolvido em 2012 por uma empresa brasileira, de Maceió, e tem por objetivo ser um tradutor de bolso de modo que possa ser um instrumento para o estreitamento dos laços de comunicação entre os falantes surdos e os falantes ouvintes. Conforme informações da empresa, este aplicativo já foi eleito pela ONU o melhor app social do Mundo, no *WSA - World Summit Award*, realizado em Abu Dhabi, em 2013.

Por ter sido criado em uma região específica, ainda que o objetivo do app seja contribuir com a comunicação entre o surdo e o ouvinte em âmbito nacional, não é possível crer que ele esteja isento da padronização de modalidades discursivas, logo, é perceptível a variação linguística privilegiada pelo aplicativo, dependendo de onde e com quem se utilizar a língua de sinais apoiada neste recurso. Por exemplo, a forma com que o avatar traduz o termo “Linguística Aplicada” não é a mesma utilizada no Norte de Minas Gerais, isto porque o avatar sinaliza o termo selecionando uma variante prévia e arbitrariamente estabelecida, porém, como alternativa ao uso do sinal, o dispositivo apresenta também o recurso da datilologia, que fica disponível apenas quando o aparelho não dispõe de Internet ou quando não há a sinalização disponível no aplicativo para a palavra ou termo pesquisados.

Tudo isso implica dizer que o aplicativo não está errado na sinalização que apresenta, mas que ele parte de uma convenção regional que nem sempre é compreendida em outras regiões. Para dirimir esta divergência, dispõe da datilografia que, por se basear no alfabeto, é melhor compreendido por todos aqueles que conhecem o alfabeto sinalizado, visto que este é normativo, padronizado.

Este movimento de diferenciação vocabular sinalizado vai acontecendo não apenas nas regiões, mas também em meio às várias comunidades surdas que vão se reunindo nos mais diversos

contextos sociais, tais como em igrejas em suas várias ramificações, associações, grupos, sendo cada um deles responsáveis também pela mudança dos mais diversos sinais. Também pela faixa etária é possível identificar alterações de sinais, visto que há sinais que antes eram utilizados pelos mais jovens e agora passam para outros modos de sinalização, entre outros diversos fatores.

Há que se considerar todas essas variações inerentes à língua, o que a torna mais rica e mais complexa com o passar do tempo, fenômeno que ocorre nas línguas em uso em geral. Tudo isso porque a língua é discurso, é uma produção social, humana, por isso complexa e dinâmica; a língua é um organismo vivo, que se modifica constantemente. A língua é política, carregada de valores que reverbera o ser humano que a utiliza. Conforme analisa a língua de sinais, Adriana Prado Santana Santos (2016) afirma que “A quantidade de sinais não está completa e nem fechada, podendo ser acrescentadas novos sinais, criados pela comunidade surda, capazes de expressar qualquer ideia e sentimentos, mesmo os mais abstratos” (SANTOS, 2016, p. 70).

Analisando especificamente o preconceito linguístico dentro do contexto da comunidade surda e do uso que fazem da língua de sinais, a Libras, é possível detectar os mesmos mecanismos de perpetuação dos preconceitos linguísticos já detectados por Marcos Bagno a respeito da língua portuguesa. Não se trata aqui de criticar o uso que se faz da Libras em sua comunidade, mas de chamar a atenção aos riscos de exclusão que o preciosismo linguístico pode trazer aos falantes da comunidade. Quando Bagno fala que o preconceito linguístico é o mais perverso dos preconceitos, isso se dá porque, em geral, os estigmas provocados por este tipo de preconceito são consequências de situações consideradas comuns, propagadas por supostas brincadeiras, comentários desnecessários, às vezes por aqueles que conhecem um pouco mais

da língua e, por isso, sente-se no direito de apontar erros do outro, ou até mesmo por professores que, valorizando mais a norma que a produção da comunicação, corrigem o aluno sem levar em conta o contexto de produção comunicacional ou os aspectos já adquiridos no processo de aquisição da língua alvo.

Reconhecer o preconceito linguístico na Libras

Ainda que a Libras tenha sido reconhecida como segunda língua oficial do Brasil, conforme já apontado anteriormente, ela continua assumindo o lugar de segunda e não de primeira língua em âmbito nacional, mas isso não a faz menor que a língua portuguesa, porém, há de se reconhecer que ela é menor quanto ao número de falantes ativos. Esta informação é relevante, pois traz consigo outro ponto importante, o fato de se tratar de uma língua falada por uma comunidade menor em sua extensão. O que implica dizer que é menor em número e, infelizmente, será considerada menor socialmente também. Este fato ocorre porque os valores sociais agregados pela maioria falante tende a excluir os grupos considerados minoritários simbolicamente. Neste sentido, urge que os integrantes da comunidade surda busquem ter voz na sociedade, assim como já tem feito, com muita garra, as comunidades afrodescendentes e as de questão de gênero.

Deste modo, visto que o preconceito linguístico trata-se de mais uma forma de exclusão, é mister que primeiramente a própria comunidade surda reconheça o valor de sua língua materna e ajude em sua divulgação, mas que também sejam capazes de integrar todos os falantes da língua, eliminando qualquer indício de exclusão e de preciosismo linguístico. Sendo assim, é preciso reconhecer que a língua varia e que os conceitos de “certo” e “errado” precisam ser revistos, mediante

ao objetivo da língua que é comunicar. Também nesse sentido, a língua surge de uma necessidade de comunicação, logo o objetivo é comunicar, então, se há comunicação a língua cumpriu seu papel, independente de sua modalidade, seja ela padrão ou não. Claro que aqui não se trata de relativizar as convenções linguísticas, porém elas devem ser parâmetros da comunicação e não podem estar a serviço da opressão e exclusão dos que utilizam a língua a partir de outras variantes.

Pautar a língua apenas em elementos gramaticais, normativos, “abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo”, afirma Celso Pedro Luft em *Língua e Liberdade*, de 1994. Segundo Carl Rogers, todo aprendizado envolve a pessoa como um todo, ou seja, envolve o intelecto e as emoções, logo aprender uma língua pressupõe considerar a possibilidade do “erro”, fazer dele um meio para novos caminhos de aprendizagem, permitir que haja tentativas dentro do binômio erros e acertos; a pessoa precisa sentir-se confiante, sentir-se seguro para arriscar, para se comunicar.

Shirley Vilhalva ilustra bem este dilema dos problemas causados por uma comunicação que não se estabelece por falta de conhecimento:

Sabe...

Quantas vezes cheguei perto para falar e não consegui

Quantas vezes meus olhos falaram e você nem ligou

Quantas vezes minhas mãos chamaram e você nem se importou

Minha vontade de contar coisas bonitas ia morrendo...

Meus olhos iam se apagando...

Minhas mãos iam silenciando...

E eu me sentia só, num mundo que não era meu... (VILHALVA, s.d., p. 5)

Vilhalva retrata, nesse fragmento, o problema de comunicação entre um surdo e um ouvinte. A falta de resposta na tentativa de comunicação foi fazendo com que o sujeito do poema fosse fechando-se em si, fosse deixando de se arriscar em suas tentativas de estabelecer comunicação, diz o eu-lírico: “Quantas vezes minhas mãos chamaram e você nem se importou”, por consequência, a vontade dele de “contar coisas bonitas ia / morrendo...”, as mãos iam silenciando. Tudo isso ocorreu por falta de resposta à mensagem transmitida, ocorreu por falta de estímulo, por falta, por fim, de compreensão. A tentativa de comunicação estava sendo vista, possivelmente, por seu interlocutor como um erro, um não ter sentido e, por isso, o “não se importar” com o interlocutor nas palavras do eu-lírico, de modo que ele conclui que seu interlocutor não mostrou interesse por compreender aquela língua falada com as mãos.

Por fim, depois de dizer que aos poucos foi compreendendo e aceitando aquele mundo do ouvinte, que tinha coisas maravilhosas, mas que ele não conseguia ouvir, o eu-lírico conclui lamentando:

Sinto muito por quem:
nunca teve tempo...
nunca olhou para uma criança para ver algo diferente...
não percebe que ela precisa:
da sua atenção,
da sua palavra,
da sua compreensão
e do seu AMOR. (VILHALVA, s.d., p. 6).

O eu-lírico clama pela empatia de seu interlocutor, pela sua emoção, mas também por sua razão, o amor, ao qual se refere em letras garrafais é o estar atento ao diferente, é dar atenção, é conversar (“precisa da sua palavra”) é compreender.

Desse modo, como bem ilustrou Shirley Vilhalva em sua poesia, há que se reconhecer que a

Libras é uma língua, porém sua fluência ainda está restrita a um número reduzido a poucos falantes surdos e também de poucos ouvintes.

Considerações finais

Mediante a discussão proposta, urge que o ensino da Língua Brasileira de Sinais seja expandido, democratizado, e que seja de conhecimento de todos, se não, maioria dos falantes surdos e dos ouvintes. A língua é a porta para as possibilidades e oportunidades, e isso deve ser um direito garantido a todos. Por outro lado, aqueles que já conhecem a Libras não devem fazer deste conhecimento um mecanismo de supremacia ou de opressão frente aos não falantes da língua ou daqueles que ainda se comunicam utilizando sinais vistos como rudimentares ou a partir de variantes não tão conhecidas.

Nesse sentido, propor preciosismos e perpetuá-los no uso da língua de sinais pressupõe dividir seus “falantes” em categorias responsáveis por classificar aqueles que sabem Libras com fluência e aqueles, mesmo pertencente à comunidade surda, que se comunicam, mas sem fazer o uso adequado do que seria esperado do uso da língua visual. Ou seja, o adequado neste sentido partiria de uma classificação arbitrária que privilegiaria a forma e não o resultado da comunicação entre os falantes.

Outro ponto que mereceria destaque está no ensino, pois, embora sejam amplas e complexas as pautas curriculares para o ensino de Língua Portuguesa para surdos, passa por uma delimitação do assunto, tomando-se por fundamento a transição entre a palavra escrita e a Libras, considerando a relevância do resultado da pesquisa de Castro Júnior (2011), em reconhecer que a sinalização (em Libras) proposta para a palavra (em Língua Portuguesa), trata-se de uma variante que ocorre na língua de sinais e, que o resultado dependerá dos conceitos tanto da norma quanto do erro, para uma

melhor compreensão dessa e de muitas questões, para então entender como a língua escrita e falada é importante no processo de discussão dos sinais. Dessa forma, torna-se relevante entender que um dos passos para o professor pensar sua aula está nos discursos em torno da norma, do erro e da variação entre as línguas pautadas (L1 e L2).

Por fim, visto que os fluentes em Libras ainda são poucos, comparados à quantidade de sujeitos surdos não escolarizados. Logo, o preciosismo da linguagem seria responsável por formar uma elite dominante desta língua em detrimento daqueles que a utilizam sem a plena consciência de sua formação linguística, ou seja, a classificação será sempre responsável pela elitização e exclusão dos falantes em termos linguísticos e sociais, gerando assim o preconceito linguístico.

Referências

_____.

“Preconceito linguístico”. Entrevista. In: **Presença Pedagógica**. V. 14, n. 79. jan./fev. 2008.

CÂMARA Jr, J. M. **Dicionário de linguística e gramática: referentes à língua portuguesa**. 11. ed. Petrópolis/SP, Brasil: Vozes, 1984.

CAPOVILLA F. C.; RAFHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. 2. V. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CAZARIO, Maria Maura. VOTRE, Sebastião. “Sociolinguística”. In: **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

Hand Talk - tradutor para Libras. Disponível em: <http://www.handtalk.me/> Acesso em: 09 de abril de 2019.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**. São Paulo: Ática, 1994.

PADDEN, C. A. **Early bilingual lives of deaf children. Cultural and language diversity and the deaf experience**. Nova York: Cambridge University Press, 1998, p. 99-116.

PEIXOTO, C. R. “Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda”. **Cadernos Cedex**; v. 26, n. 69, 2006, p. 205-229.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Bewcker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. ROGERS, Carl. **Freedom to learn**. 3ª ed. S.l.: Pearson, 1994.

SANTOS, Adriana Prado Santana. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. S.l.: UNIASSELVI, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

STROBEL, K. L.; FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da Libras**. Curitiba/PA: Secretaria de Estado da Educação – SEED / Departamento de Educação Especial – DEE, Brasil, 1998.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silêncio**. RJ: Editora Arara Azul, s.d.

Submissão: 11 de junho de 2019-07-17

Aceite em: 17 de julho de 2019